

VERSÃO ASSINADA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Pelo presente instrumento particular:

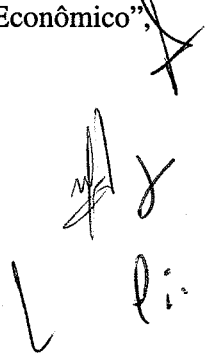
- (i) **Companhia de Concessões Rodoviárias**, sociedade por ações com sede na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e
- (ii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim BiBi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente instrumento particular de primeiro aditamento ("Aditamento") à "Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias" celebrado entre as partes no dia 26 de junho de 2009 ("Escritura"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com as deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2009 ("RCA"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCESP.



CLÁUSULA II RETIFICAÇÃO

2.1. As partes acordam alterar (i) a identificação do Agente Fiduciário, no que concerne ao número da emissão da qual ele representa a comunhão dos Debenturistas; e (ii) as cláusulas 2.4, 2.5, 3.3, 3.7, 3.9, 3.13, 4.4.2.7, 4.4.2.9, 4.6, 5.4, 5.4.1.1.1, 5.4.1.3, 5.6.1, 5.9, 6.1(d), 6.2(a), 7.1, 8.3, 9.1, 9.3, 9.5.5 e 10.1.2 da Escritura, que passam a vigorar com a nova redação que lhes é atribuída em sua versão consolidada no final do presente Aditamento.

CLÁUSULA III DAS RATIFICAÇÕES

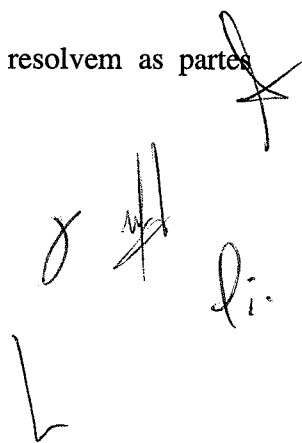
3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura da Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

4.3. Em decorrência das alterações dispostas neste aditamento, resolvem as partes consolidar a Escritura conforme apresentado a seguir.

Handwritten signatures and initials. At the top right is a large, stylized signature. Below it, to the left, are two smaller signatures. To the right of those are the initials 'li.'. At the bottom left of this group is a large, simple checkmark or 'L' shape.

**“ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA COMPANHIA DE
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Companhia de Concessões Rodoviárias**, sociedade por ações com sede na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”); e

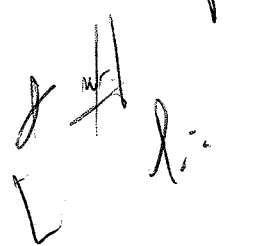
(ii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim BiBi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas”),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, da Companhia de Concessões Rodoviárias (“Escritura” e “Debêntures”, respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2. Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2009, na qual foram deliberadas as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“RCA” e “Lei das S.A.”, respectivamente), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, que será deliberada pelo Conselho de Administração após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“CVM” e “Instrução CVM n.º 400”, respectivamente), bem como autorizou a Diretoria da Emissora a contratar instituições financeiras autorizadas a operar



no mercado de capitais (“Coordenadores”) para proceder a colocação pública das Debêntures.

DOS REQUISITOS

A quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, da Emissora (“Emissão”) será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata de RCA que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures, nos termos do item 1.2 acima.

2.2. Inscrição da Escritura

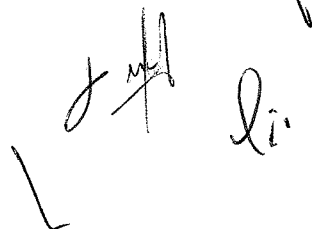
A Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e da Lei das S.A., bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400 e a Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2009 (“Instrução CVM 471”).

2.4. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. –



Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

2.5. Registro na CVM

A Emissão será registrada perante a CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada (“Lei n.º 6.385/76”), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta será requerido por meio do Procedimento Simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a Oferta previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”) e da CVM, por meio do convênio firmado entre CVM e ANBID.

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total

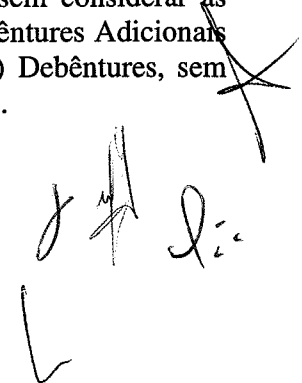
A presente Escritura de Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.8 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em até duas séries, sendo que a emissão de Debêntures da 2ª Série será decidida, a exclusivo critério da Emissora, em decorrência do resultado apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, de modo que as Debêntures da 2ª Série poderão não ser emitidas. Adicionalmente, o número de Debêntures a ser alocado na 1ª Série e na 2ª Série será definido a exclusivo critério da Emissora, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido) e as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido). Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais.



3.3.1. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

3.3.2. A Emissora concederá aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Lote Suplementar").

3.3.3. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

3.4. Forma

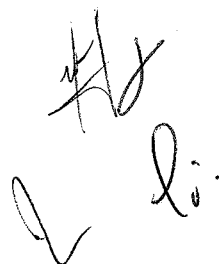
As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.



3.7. Limite de Emissão

A 5ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme tabela abaixo:

Posição em 31 de março de 2009*	R\$ (milhões)
5ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (A)	500
Total de Emissões com Garantia Flutuante (B) (o qual não inclui a 5ª Emissão)	517
Ativo Total (C)	6.678
70% do Ativo Total (D)	4.675
Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (E)	1.631
70% do Ativo Total - Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (F=D-E)	3.044
Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante (F-B)	2.527

*Em 31 de maio de 2009 o Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante era de 2.599 milhões, por conta de atualizações monetárias das dívidas com Garantia Real e Flutuante, bem como pela movimentação operacional das contas do Ativo.

3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de agosto de 2009 (“Data de Emissão”).

3.9. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&BOVESPA e ao SDT.

3.9.1. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Handwritten signature and initials, possibly reading 'L. B. Li.' or similar, located at the bottom right of the page.

3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures (conforme definido nas Cláusulas 4.4. e 5.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.12. Mora do Debenturista

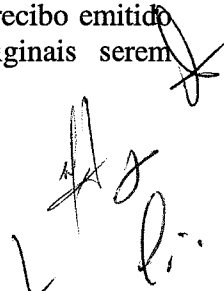
Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.10. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.13. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal “Valor Econômico”, edição nacional, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

3.14. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Companhia de Concessões Rodoviárias

Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, São Paulo, SP

At.: Sr. Arthur Piotto Filho

Tel.: (11) 3048-5900

Fax: (11) 3048-5903

E-mail: arthur.piotto@grupoccr.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, São Paulo, SP

At.: Sr. Felipe Coimbra Aloí André

Tel.: (11) 3048-9763

Fax: (11) 3048-9010

E-mail: felipe@slw.com.br

(c) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, Osasco, SP

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP

Site: www.cetip.com.br

(e) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP

Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP
Site: www.bovespa.com.br

3.15. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para: (i) o pagamento, do principal e juros, no valor aproximado de R\$341,0 milhões, referente às obrigações financeiras decorrentes da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia; e (ii) o saldo disponível após o pagamento dos valores mencionados no item (i), será utilizado para reforçar o caixa da Companhia ou, eventualmente, quitar outras obrigações firmadas pela Companhia, conforme descrito no prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e a ser descrito no prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos").

3.16. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.17. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

4.1. Quantidade

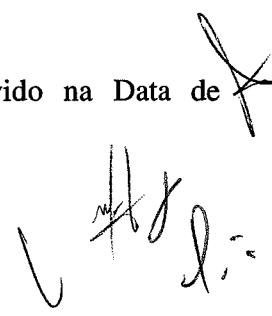
O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série ("Debêntures da 1ª Série") será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2012 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série").

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será devido na Data de Vencimento.



4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série (“Rendimento da 1ª Série”)

4.4.1. Atualização da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

4.4.2. Remuneração da 1ª Série

4.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*:

4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (“Remuneração da 1ª Série”) correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada a uma remuneração máxima equivalente a 121,00% (cento e vinte e um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na fórmula do item 4.4.2.5 abaixo.

4.4.2.3. A Remuneração da 1ª Série mencionada no item 4.4.2.2 acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão.

4.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n .

n - Número total de Taxas DI, sendo “ n ” um número inteiro.

p – percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, a ser definido em Procedimento de Bookbuilding.

TDI_k - Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

“Período de Capitalização”: significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da

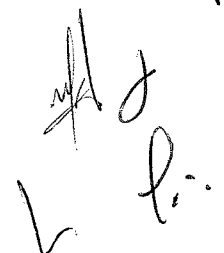
Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.4.2.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 1ª Série"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 1ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) A Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

(b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.4.2.10. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*. A garantia firme de colocação para as Debêntures da 1ª Série, nos termos do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão será outorgada pelos Coordenadores à Emissora, sendo que o montante máximo total da referida garantida somente será auferido após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.4.2.11. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.4.2.12. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2010 e o último pagamento em 1º de agosto de 2012, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
1º de fevereiro de 2010
1º de agosto de 2010
1º de fevereiro de 2011
1º de agosto de 2011
1º de fevereiro de 2012
1º de agosto de 2012

4.5. Integralização

A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

Handwritten signature and initials, possibly 'L. H. P.', located at the bottom right of the page.

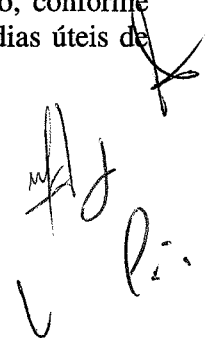
4.6. Resgate Antecipado

As Debêntures da 1ª Série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, no todo ou em parte, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário nos termos do item 9.3(d) desta Escritura, a qualquer momento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a Data da Emissão até a data do efetivo resgate (“Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série”). As Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

O Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 desta Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série”).
- (ii) O pagamento das Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado.
- (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Caso o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série se dê, no todo ou em parte, até o 540º (quingentésimo quadragésimo) dia contado da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série serão resgatadas antecipadamente, mediante o pagamento do seu Valor Nominal atualizado, acrescido de: (i) Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a Data da Emissão até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor atualizado, conforme fórmula abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

$$\frac{P \times (DU)}{252}$$

$P = 0,50\%$ (cinquenta centésimos por cento); e

$DU =$ número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

4.7. Preço de Subscrição

As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.2 desta Escritura.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série (“Debêntures da 2ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento desta Escritura. Conforme disposto no §3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou cancelado o saldo não colocado. Nota-se que como não haverá garantia firme para as Debêntures da 2ª Série, existe a possibilidade de não haver a emissão de Debêntures para a 2ª Série.

5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série (conforme definido abaixo) em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura.

5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização da 2ª Série”):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
1º de agosto de 2012	33,34%
1º de agosto de 2013	33,33%
1º de agosto de 2014	33,33%

5.4. Rendimento da 2ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 2ª Série (conforme definida no item 5.4.1 abaixo) e pela Remuneração da 2ª Série (conforme definido no item 5.6 abaixo) (“Rendimento da 2ª Série”):

5.4.1. Atualização da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (“Atualização da 2ª Série”) a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série”), sendo o produto da Atualização da 2ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Ar. Di.

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";
- Dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;
- Dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

iv. Os fatores resultantes das expressões: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ e $\left(\frac{\text{projeção}}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

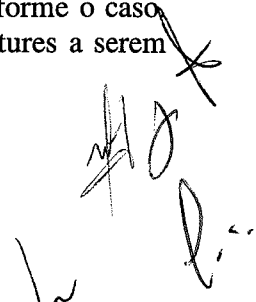
5.4.1.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.4.1.1.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 2ª Série"). A Assembléia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

5.4.1.1.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

5.4.1.1.3 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 2ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) A Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

(b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

5.5. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 2ª Série

A Atualização das Debêntures da 2ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela do item 5.3 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo; e/ou (ii) por ocasião do Resgate Antecipado que trata a Cláusula 5.8 abaixo.

Pagamento da Atualização da 2ª Série
1º de agosto de 2012
1º de agosto de 2013
1º de agosto de 2014

5.6. Remuneração da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série") correspondente à taxa percentual máxima equivalente a 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 2ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*. O resultado do Procedimento de

Bookbuilding será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

5.6.1. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração da 2ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série será devida anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 2010 e os demais nos anos subsequentes, terminando em 2014, sempre no dia 1º de agosto de cada um desses anos.

5.6.2. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de Bookbuilding;

- N* = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DP* = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
- DT* = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

5.7. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série

O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
1º de agosto de 2010
1º de agosto de 2011
1º de agosto de 2012
1º de agosto de 2013
1º de agosto de 2014

5.8. Integralização

A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

5.9. Resgate Antecipado

As Debêntures da 2ª série poderão ser resgatadas antecipadamente a qualquer momento a partir da Data de Emissão, em sua totalidade ou parcialmente, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, com base em um preço de Resgate Antecipado equivalente ao maior dos critérios mencionados no item 5.9.1 abaixo. As Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

O Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 desta

Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série”).

- (ii) O pagamento das Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado.
- (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 2ª Série, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.9.1. Critérios para definição do preço de Resgate Antecipado: Será escolhido o maior dos critérios entre (i) o Valor Nominal Unitário atualizado aplicável, acrescido de remuneração aplicável calculada *pro rata temporis*, para a data da Resgate Antecipado respectivo; ou (ii) o valor obtido mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$P.A_u = \left\{ \frac{\left(1 + \frac{t}{100}\right)}{\left(1 + \frac{C}{100}\right)} \right\}^{P/252} \times P.U$$

onde:

$P.A_u$ o preço de Resgate Antecipado unitário

C a média das taxas de remuneração do cupom do IPCA referenciado no swap CDIXIPCA, com vencimento equivalente ao duration do fluxo remanescente das Debêntures, a ser apurada pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, junto a, pelo menos, 3 (três) das seguintes instituições: Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco UBS Pactual S.A. e Banco Citibank S.A.

P o prazo remanescente, em Dias Úteis, entre a data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

$P.U.$ Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª série, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de emissão até a data do Resgate Antecipado.

t Taxa de Remuneração (spread) resultante do Procedimento de Bookbuilding para as Debêntures da 2ª Série.

5.10. Preço de Subscrição

As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração e Atualização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 5.4.1 e 5.6 desta Escritura.

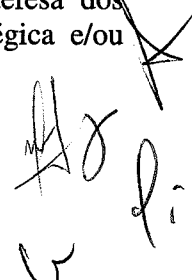
DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma significativa, a Emissora, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, e (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos no item 8.1 abaixo); e
- (e) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios e que possam impactar adversamente, de forma significativa, a condução de seu negócios.

6.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

confidencial para a Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos o item 8.1 (h) abaixo, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; e (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(b) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

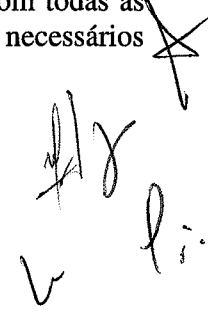
(d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(f) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(g) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(h) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be "J. L. S." and the initials "L. S." are written below it.

(i) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora.

DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

7.1. Aquisição Facultativa

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 1ª Série ou do Rendimento da 2ª Série, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento da 1ª Série ou do Rendimento da 2ª Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A.

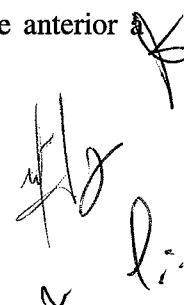
7.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

7.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

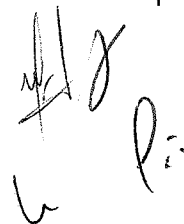
VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- (b) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi indevidamente efetuado, (ii) for cancelado ou sustado, ou ainda (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (c) Não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 60.000.000,00, conforme corrigido monetariamente desde a emissão das debêntures pelo IGP-M, ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (d) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais Acionistas Controladores, do Poder de Controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia específica. Para fins desta cláusula, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;
- (e) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada a esta Emissão, desde que não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados do vencimento original;
- (f) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante relacionada a esta Emissão assumida na Escritura, no instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures, salvo se no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário tal descumprimento for sanado pela Emissora;
- (g) Redução de capital da Emissora, que represente mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora após a data de assinatura da presente Escritura) sem que haja anuência prévia dos debenturistas, representado pelo Agente Fiduciário, manifestada em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos da Escritura a ser celebrada e conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

(h) Não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

(i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3.

Onde:

Dívida Líquida significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de (i) disponibilidades e (ii) saldo da Conta Reserva registrada no realizável a longo prazo.

Disponibilidades significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Emissora: Caixa e Bancos; Aplicações Financeiras; e Conta Reserva; e

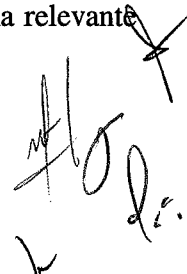
EBITDA significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação, amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora.

(ii) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras não deverá ser inferior a 2.

Onde:

Despesas Financeiras significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

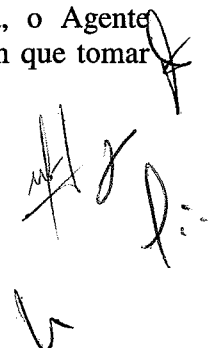
- (i) Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (j) Comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante dos Prospectos que afete de forma relevante

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

e negativamente adversa as debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;

- (k) Extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da Emissora seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (l) Alienação de um ou mais ativos da Emissora que representem em conjunto ou individualmente a 33% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;
- (m) Alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração ou modificação seja referente à ampliação da atuação, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e/ou no exterior e/ou seja requerido por lei, norma ou entidade governamental;
- (n) Pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (o) Não-cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou contra qualquer subsidiária ou controlada da Emissora, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer; ou
- (p) Recompra de ações, desde que a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura.

8.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c) (e) e (i) do item 8.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 8.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembléia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

8.3 Na Assembleia mencionada no item 8.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos nos item 10.1 a 10.4 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

8.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item 8.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 8.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

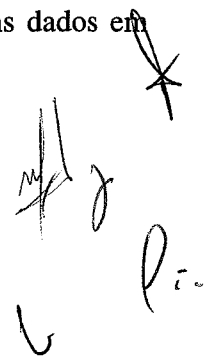
8.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 3.14 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 acima.

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação e declarações

A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, declara que:

- (a) aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures; e
- (b) verificou a regularidade das garantias constituídas e o valor dos bens dados em garantia e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large 'X' mark and several cursive signatures.

9.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

9.2. Substituição

9.2.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 9.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 9.2.7 abaixo.

9.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

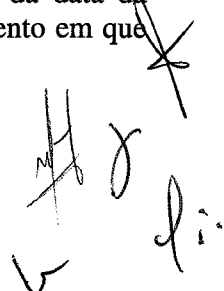
9.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

9.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

9.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

9.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

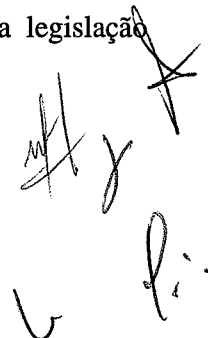
for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

9.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

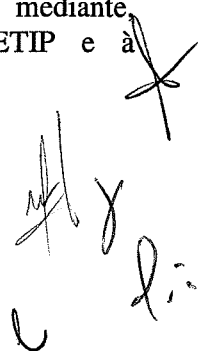
9.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- (j) convocar, quando necessário, a AGD através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa estabelecidos na Cláusula 3.13 desta Escritura;
- (k) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea “b”, da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures.
- (o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA e na CETIP; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “o” acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

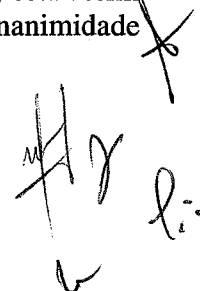
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 8.1 acima e convocar Assembleia Geral de Debenturista dentro do prazo estabelecido na Cláusula 8.1 na ocorrência de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;
- (t) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à BM&FBOVESPA e (iii) à CETIP; e
- (u) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista no item 6.2 (f) acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;
- (v) verificar a regularidade das garantias constituídas, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade; e
- (x) se for o caso, coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas.

9.4. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer Processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.4.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” desta mesma Cláusula.

9.5. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

9.5.1. Parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais), devida a primeira 5 dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão de Debêntures e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento;

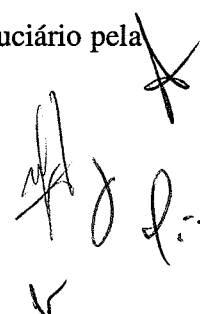
9.5.2. A parcela disposta no item 9.5.1. acima será atualizada pelo IGP-M a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela.

9.5.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.5.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.5.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 9.5.4 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.5.6. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da cláusula 3.11 desta Escritura.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa estabelecidos na Cláusula 3.13 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.2. *Quorum* de Instalação

10.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

10.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

10.3. Mesa Diretora

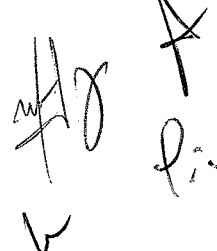
A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. *Quorum* de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

10.4.3. As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, alteração nas condições de resgate antecipado de qualquer modificação na cláusula de vencimento



antecipado, repactuação das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

10.4.4. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

10.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

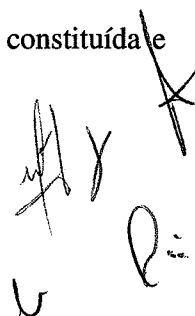
10.4.6. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, ressalvado o item 2.1.1. acima;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

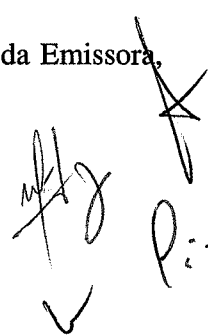
Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 § 1º “a” da Lei das S.A. e declara que verificou a existência e regularidade da garantia flutuante prestada pela Emissora;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

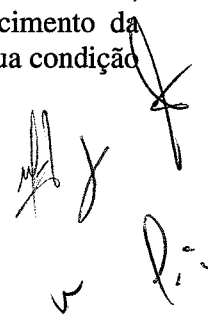
11.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;



- (e) o prospecto preliminar da Emissão (“Prospecto Preliminar”) contém e o prospecto definitivo da Emissão (“Prospecto Definitivo”) conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora são verdadeiras;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do prospecto da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissora está cumprindo, todo os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira; e



(1) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

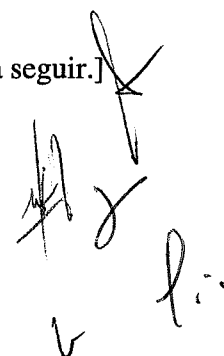
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

* * * * *

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 2 de julho de 2009.

[As páginas de assinatura do 1º Aditamento seguem nas folhas a seguir.]

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature at the top, a signature with a cross-like flourish in the middle, and the initials 'v' and 'l.' at the bottom.

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 1º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 1 de 3.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Nome:

Cargo:

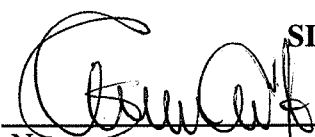
ARTHUR PIOTTO FILHO
DIRETOR

Nome:

Cargo:

Marcus Rodrigo de Senna
Diretor

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 1º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 2 de 3.

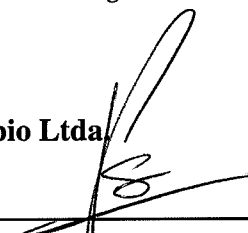


Nome:

Cargo:

Felipe Coimbra Alois André
Depto. Agente Fiduciário

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda



Nome:

Cargo:

Pedro Sylvio Weil
Sócio - SLWCVC LTDA.



Página de Assinatura do Instrumento Particular de 1º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 3 de 3.

Testemunhas



Nome: GREGÓRIO PEDROSO TASSO
RG: 29.201.720-0



Nome: Vanessa de Assis Sampaio
RG: 354727369

